



LEGISLATIVO

No Congresso, a soma de todos os medos

Temor de abalo na relação com a base aliada faz cúpula do Parlamento resistir em dar transparência às emendas do relator

» JORGE VASCONCELLOS

A queda de braço entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso em torno das emendas do relator, que distribuem recursos do orçamento secreto, deixou ainda mais evidente a preocupação da cúpula do Legislativo com as repercussões de uma eventual divulgação dos nomes dos parlamentares beneficiados.

Na noite de quinta-feira, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pediram, em documento endereçado à ministra Rosa Weber, do STF, a revogação de trecho da decisão dela que suspendeu a execução das emendas do relator, também chamadas de RP9. No despacho, a magistrada determinou, ainda, que o Executivo e o Legislativo tornem públicos os detalhes desses procedimentos nos anos de 2020 e 2021.

Ao contrário das emendas individuais e de bancada, que têm critérios, são transparentes e distribuem verbas de forma igualitária entre os parlamentares, as RP9 são negociadas nos bastidores entre o relator do orçamento e a cúpula do Congresso. Os nomes dos parlamentares beneficiados ficam ocultos, e a distribuição dos recursos entre eles é desigual.

Uma eventual divulgação dos detalhes da execução dessas emendas deve provocar ruídos na relação entre a base aliada e a cúpula do Congresso. Isso pode, por exemplo, prejudicar os planos de Arthur Lira de conquistar um novo mandato à frente da Câmara.

“Com a revelação desses nomes, vai ficar evidente que há um desnível entre os parlamentares. Parlamentar classe A, classe B e classe C. E o Lira já está em campanha. Neste momento, ele quer manter uma boa relação com todos os deputados, seja governista, seja de oposição”, avaliou o cientista político André Pereira César, da Hold Assessoria Legislativa.

Para o economista Gil Castello Branco, secretário-geral da

Associação Contas Abertas, “os parlamentares que controlam o orçamento secreto têm medo da transparência, pois o que fizeram é repugnante, sob o ponto de vista da democracia, já que as emendas do relator foram usadas para negociadas que ferem, frontalmente, os princípios constitucionais da impessoalidade, moralidade e publicidade”.

O economista afirmou que “a distribuição bilionária de recursos não obedeceu a critérios republicanos e houve, sim, a cooptação de parlamentares com recursos públicos para que votassem conforme os interesses daqueles que operacionalizam essa relação promíscua entre o Legislativo e o Executivo”. Segundo Castello Branco, “se vier à tona o nome dos verdadeiros autores das emendas do relator, associados aos respectivos valores e destinações, a cúpula do Congresso e do Executivo será implodida”.

Expectativa

Lira disse, ontem, esperar que o Supremo reverta a decisão sobre a suspensão da execução orçamentária das emendas do relator. Como ainda não foi publicado o acórdão da decisão liminar de Rosa Weber, para que o Congresso apresente os embargos de declaração, os dois presidentes apresentaram o pedido à ministra.

Segundo o deputado, são mais de R\$ 13 bilhões paralisados no Orçamento de 2021, sem a perspectiva de receitas para diversos municípios que teriam dificuldades financeiras e fiscais neste final do ano. Para ele, é importante fazer uma modulação da decisão do Supremo.

“Isso (emendas de relator) é uma ocupação de espaço da qual o Legislativo abriu mão por muitos anos. A execução do Orçamento cabe ao Poder Executivo. Legislar sobre o Orçamento é função imprescindível e única do Poder Legislativo. Não cabe a nenhum outro Poder”, disse o presidente da Câmara, durante entrevista ao *Jornal da Jovem Pan*.

De acordo com Lira, não é possível identificar quem foram

Michel Jesus/Câmara dos Deputado



Divulgar valores e congressistas beneficiados com as RP9 pode prejudicar os planos de reeleição de Lira ao comando da Casa



Se vier à tona o nome dos verdadeiros autores das emendas do relator, associados aos respectivos valores e destinações, as cúpulas do Congresso e do Executivo serão implodidas”

Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas

os autores das emendas do relator entre 2020 e 2021, porque a lei não exigia esse pré-requisito. Ele ressaltou que, a partir de agora, inclusive para os R\$ 7 bilhões que precisam ser cadastrados ainda neste ano no Orçamento, o relator-geral poderá identificar os parlamentares e dar mais transparência ao processo.

“São mais de R\$ 13 bilhões que podem ser perdidos na Saúde, na Educação, nos hospitais filantrópicos, nas obras de água, nas prefeituras sob a tutela que a lei não exigia a identificação”, detalhou. “Não temos nenhum problema com transparência, com acesso a dados. A Câmara e o Senado são as instituições

mais acessíveis. (Chamar de orçamento secreto) é uma adjetivação **injusta** e esperamos, antes do embargo de declaração, a anulação da paralisação do orçamento. Outras medidas legislativas, não tenho dúvidas, que iremos fazer”, declarou.

Lira acrescentou que “não se pode criminalizar as emendas

parlamentares” e que o objetivo da petição é mostrar ao STF as dificuldades enfrentadas com a paralisação do empenho dos recursos. O deputado informou que os parlamentares têm até 3 de dezembro, ou seja, na próxima semana, para indicar outras emendas e destravar as que já foram contratadas e conveniadas.

A reclamação de Lira

De acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira, as RP9 existem desde 1988, mas só foram classificadas como emendas do relator em 2019 para dar mais transparência às indicações do relator-geral em todos os ministérios. “Para que o Congresso tivesse mais visualização, para que a imprensa tivesse mais visualização, para que a sociedade pudesse acompanhar”, argumentou. “As emendas do relator-geral acontecem desde 1988, e ninguém nunca levantou polêmica sobre a execução delas porque ninguém as conhecia. Todos os relatores-gerais, de 1988 para cá, fizeram o orçamento da União com autorização legislativa.”

Jefferson Rudy/Agência Senado



Pacheco adiou a votação do projeto, que, inicialmente, seria ontem

Medidas serão votadas na segunda

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adiou, para segunda-feira, a votação do projeto de resolução que regulamenta o orçamento secreto.

O projeto pretende ampliar a transparência da sistemática de apresentação, aprovação e execução das emendas do relator-geral, as chamadas RP9, mecanismo central do orçamento secreto.

Inicialmente, a votação estava prevista para ontem. No entanto, o adiamento da sessão já figurava no radar desde a quinta-feira à noite.

A decisão de votar a proposta ontem havia incomodado parlamentares e levou Rodrigo Pacheco a reavaliar o prazo.

Com isso, a sessão na Câmara para decidir sobre o projeto de resolução está prevista para as 14h da segunda-feira, e a do Senado, para as 16h.

Apresentado pelas Mesas do Senado e da Câmara, o projeto

limita o valor das emendas do relator-geral, que passariam a ser direcionadas apenas para políticas públicas previstas em parecer preliminar. A intenção é permitir que os membros do Congresso e a sociedade tomem conhecimento prévio disso antes da apresentação do relatório geral.

O projeto também promete ampliar a transparência na execução dessas emendas, definindo regras para a publicação das indicações feitas pelo relator-geral, bem como das solicitações de recursos que as tiverem fundamentado.

Limites

O relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse que vai cumprir à risca a decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu as emendas de relator até que o Congresso reveja essa modalidade de despesa.

“Não se pode demonizar as emendas de relator, que sempre existiram e continuarão existindo, na minha percepção”, afirmou. “Eu defendo que seja estipulado um limite para esses recursos e que sejam fortalecidas as emendas de bancada e de comissões, analisadas por parlamentares que possuem amplo conhecimento sobre os temas específicos e as demandas prioritárias de seus estados.”

As novas regras previstas na proposta, se aprovadas, devem valer já para a lei orçamentária de 2022 e vão normalizar as emendas de 2021 que já foram previstas, executadas e estão suspensas por determinação do STF.

No Orçamento deste ano, as emendas do relator somam R\$ 18,5 bilhões. No projeto original aprovado pelo Congresso, o volume chegava a R\$ 29 bilhões, mas R\$ 10,5 bilhões foram vetados pelo Poder Executivo na sanção. **(Com agências Senado e Câmara)**

» Prefeituras atendidas

A Comissão Mista de Orçamento divulgou, ontem, a relação das emendas do relator-geral do Orçamento executadas neste ano e em 2020. A lista mostra que 4.838 prefeituras, de todos os partidos, foram beneficiadas pelas RP9 neste ano. O número equivale a 87% de todos os municípios brasileiros. Também receberam recursos de emendas do relator 659 das 816 prefeituras que pertencem a partidos de oposição (PDT, PSB, PT, PCdoB, PSol e Rede), o que corresponde a 81%. Segundo o relatório, todos os governos estaduais também foram beneficiados pelas emendas de relator-geral em 2020 e em 2021. **(Agência Câmara)**